

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Gerente: ANTONIO DÓRIA GONZAGA

Diretor: PEDRO CAROPRESO

Redator-secretário: J. B. MARIO PATI

ANO LXV

SÃO PAULO — SÁBADO, 24 DE SETEMBRO DE 1955

NÚMERO 212

BOLETIM FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELAÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS QUE FUNCIONARÃO NO PLEITO DE 3 DE OUTUBRO PRÓXIMO NAS 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª ZONAS ELEITORAIS BEM COMO DOS ELEITORES QUE VOTARÃO PERANTE CADA UMA DELAS, E, AINDA, O HORARIO RECOMENDÁVEL PARA O COMPARECIMENTO

ÍNDICE POR DISTRITOS

	PAG.		PAG.		PAG.		PAG.
ACLIMAÇÃO	2	CONSOLAÇÃO	14	JUQUITIBA	23	SANTANA DO PARAIBA ..	39
ALDEIA	2	COTIA	16	LAPA	23	SANTO AMARO	39
ALTO DA MOOCA	2	DIADEMA	16	LIBERDADE	25	S. BERNARDO DO CAMPO ..	40
BARUERI	3	EMBU	16	MAIRIPORA	26	S. MIGUEL PAULISTA ..	40
BARRA FUNDA	3	EMBU-GUAÇU	16	MOOCA	26	SACDE	41
BELA VISTA	4	FRANCISCO MORATO	16	NOSSA SENHORA DO Ó ..	28	SE	43
BELEM	5	FRANCO DA ROCHA	16	OSASCO	29	TATUAPE	44
BOM RETIRO	7	GUARULHOS	16	PARCELHEIROS	29	TREMEMBÉ	47
BRAS	8	GUAIANAZES	17	PARI	29	TUCURUVI	45
BUTANTÁ	9	IBIRAPUERA	17	PENHA	30	VILA MADALENA	47
CAIEIRAS	10	INDIANÓPOLIS	18	PERDIZES	32	VILA MARIA	47
CAJAMAR	10	IPIRANGA	18	PERUS	34	VILA MARIANA	48
CAMBUCI	10	ITAPECERICA DA SERRA ..	20	PIRAPORA DO BOM JESUS ..	34	VILA MATILDE	50
CAPELA DO SOCORRO	11	ITAPEVI	21	PIRITUBA	34	VILA PRUDENTE	51
CARAPICUÍBA	11	ITAQUERA	21	RIACHO GRANDE	34		
CAUCAIA DO ALTO	11	JANDIRA	21	RUDGE RAMOS	34	Vila Alpina	51
CASA VERDE	11	JARAGUA	21	SANTA CECILIA	34	Vila Bela	51
CERQUEIRA CESAR	13	JARDIM AMÉRICA	21	SANTA IFIGENIA	36	Vila Califórnia	51
		JARDIM PAULISTA	22	SANTANA	37		

INSTRUÇÕES AOS ELEITORES

I — Antes de sair para votar, verifique se no seu título existe um carimbo com a indicação da seção em que se encontra o seu nome. Procure, neste suplemento, o local em que vai funcionar a seção constante daquele carimbo.

II — Se não existir o carimbo, ou se tiver alguma dúvida, procure neste suplemento, dentro do distrito em que está alistado (confira o título), qual a sua seção. Os eleitores são distribuídos por ordem alfabética do primeiro nome.

III — Vote na sua seção. Não adianta procurar outra, porque o voto não será admitido. O eleitor que votar fora da seção e o presidente de mesa que o permitir estarão sujeitos a penas severíssimas.

IV — Se ainda persistir alguma dúvida, consulte a Seção de Informações do T.R.E. pelo telefone 37-2581. Ao fazer a consulta tenha em mãos o título de eleitor para fornecer ao funcionário os dados que ele solicitar.

V — Apenas poderão votar fora das respectivas seções:

- o presidente da mesa, mesários, secretários, delegados e fiscais de partido, perante as mesas em que servirem;
- o Juiz Eleitoral em qualquer seção eleitoral, da zona sob sua jurisdição; se o fizer fora do município em que estiver inscrito, não poderá votar nas eleições municipais;
- o Presidente da República e Vice-Presidente e os candidatos a esses cargos, em qualquer seção eleitoral do País, não podendo votar para prefeito e vereador, se o fizerem fora do município em que estiverem inscritos como eleitores;
- o Governador, Vice-Governador, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer seção da circunscrição respectiva, sendo que nos Estados em que se realizarem eleições municipais, se votarem fora do seu município, só poderão fazê-lo para Presidente e Vice-Presidente da República;
- o Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores, bem como os candidatos a esses cargos, em qualquer seção do município que representarem ou em que forem candidatos;
- os militares com direito a voto, que estiverem fora do seu município, no dia do pleito desde que apresentem à mesa receptora declaração do comandante da unidade ou força, de que foram removidos ou transferidos nos últimos seis meses anteriores, ou que se deslocaram da sede em função de garantia do pleito, nos casos em que somente poderão votar para Presidente e Vice-Presidente da República.

VI — No dia da eleição (3 de outubro), munido do título, dirija-se à sua seção. Se esta não houver sido instalada, por qualquer motivo, a urna deverá estar em outro local que será anunciado no momento. Não procure outra seção, a não ser a que for indicada.

VII — O título é indispensável para votar. Sem ele, o presidente da mesa deverá recusar o voto do eleitor. É conveniente levar carteira ou outro documento que prove identidade. Em caso de impugnação, esse documento poderá ser útil.

VIII — Depois de verificar que seu nome está incluído na seção, o presidente da mesa examinará seu título. Também poderão fazê-lo os fiscais e candidatos presentes. Achando-se em ordem, ele o convocará a assinar a folha de votação e lhe dará uma cédula única para presidente e vice-presidente da República. Ela estará rubricada pelos 3 membros da mesa e numerada de 1 a 9 (cada uma terá um número apenas).

IX — A cédula não pode conter traço, mancha, ponto, letra ou sinal que a identifique, nem dobra sobre o nome de qualquer candidato. Se o eleitor já tiver uma cédula única, será ela examinada pela mesa e pelos fiscais, que poderão impugná-la, caso não esteja de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral.

X — Dentro da cabine, cerrada a cortina, o eleitor marcará com uma cruz (+) os nomes dos seus candidatos a presidente e a vice-presidente, dentro do retângulo impresso ao lado esquerdo do nome. Não use caneta ou lápis, mas sim o lápis-tinta especial, que lhe será entregue pela mesa, junto com uma prancheta sobre a qual colocará a cédula para maior facilidade. A seguir, a cédula será dobrada pelo modo que o presidente da mesa deverá ter explicado ao eleitor, isto é: — dobra-se a parte esquerda da cédula (onde estão os retângulos), para dentro. Em seguida, faz-se nova dobra no meio da cédula, entre o último nome de candidato a presidente e o primeiro nome de candidato a vice-presidente. Por último dobra-se o fecho da cédula que tomará o formato de um pequeno envelope.

XI — Saído da cabine, coloque a cédula na urna depois de mostrá-la ao presidente da mesa e aos fiscais, para conferência das assinaturas e da numeração. Se a cédula não for a mesma, o eleitor será obrigado a voltar à cabine e trazer a que lhe foi dada pela mesa. Se não o fizer, ser-lhe-á recusado o direito de voto e ele ficará detido pela mesa até o fim da eleição ou até que devolva a cédula.

XII — A seguir o presidente entregará ao eleitor uma sobrecarta comum, autenticada somente pelo Presidente, para que ele volte à cabine e nela coloque a cédula de seu candidato a vereador. É sempre conveniente que o eleitor já tenha consigo essa cédula para vereador porque será difícil encontrá-la no momento, dentro da cabine. Não aceite cédula que contenha risco, borrão, mancha ou sinal de qualquer natureza.

XIII — É permitido para a eleição municipal o uso de cédula impressa dactilografada ou mimeografada. Nunca escrita à mão.

XIV — A cédula deve conter a designação da eleição e o nome do candidato e legenda.

XV — Saído da cabine, mostre ao presidente da mesa e aos fiscais a sobrecarta, para que confirmem a rubrica e a numeração e em seguida, deposite-a na urna.

XVI — Depois que o eleitor houver votado, o presidente da mesa restituirá seu título, devidamente anotado.

São Paulo, setembro de 1955.

(a.) JUSTINO MARIA PINHEIRO,
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

PREFERÊNCIA DA VOTAÇÃO EM CADA SEÇÃO

Atendendo a que no dia das eleições, várias autoridades administrativas e judiciárias precisam permanecer em seus postos para, a bem do público, tomarem as providências que forem necessárias, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo determina sejam atendidas com preferência, além das pessoas expressamente ressaltadas em lei:

- o Senhor Governador do Estado, Secretários e Prefeito da Capital;
- os Membros do Tribunal Regional Eleitoral, seu Procurador e Juizes Eleitorais;
- os Delegados de Polícia;
- os oficiais e sargentos da ativa, do Exército, Aeronáutica, Marinha e da Polícia, quando fardados;

- os funcionários da Justiça Eleitoral;
- os guardas-civis.

Ninguém pode votar fora das respectivas seções. Gozarão, também, da preferência, por força da lei, os enfermos, as pessoas idosas e as senhoras grávidas (Art. 87, § 1.º, do Código Eleitoral).

São Paulo, setembro de 1955.

(a.) JUSTINO MARIA PINHEIRO,
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral